



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**PROVIMENTO Nº 016/2007**

Dispõe sobre a instalação da Comarca de Magalhães de Almeida, Maranhão, da redistribuição dos feitos e dá outras providências.

O **DESEMBARGADOR RAIMUNDO FREIRE CUTRIM**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, no exercício das atribuições legais, conferidas pelo artigo 32, da Lei Complementar nº 14, 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias, e artigo 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

**CONSIDERANDO** o que estabelece o artigo 5º, da Lei Complementar nº 87, de 19 de julho de 2005;

**CONSIDERANDO** que a prestação jurisdicional deve ser oferecida com mais eficiência;

**CONSIDERANDO** que esse e outros fatores foram levados em consideração, servindo de suporte para a criação da Comarca de Magalhães de Almeida, Termo judiciário da Comarca de São Bernardo,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - O juiz da Vara Única da Comarca de São Bernardo, no prazo de 20 (vinte) dias, remeterá, dando baixa na Distribuição, para a Comarca de Magalhães de Almeida, os autos dos processos, e seus respectivos apensos, afetos a esse Município, os quais passarão a integrar o acervo da Serventia Judicial.

**Art. 2º** - Sendo recebidos pela Secretaria da Vara Única da Comarca de Magalhães de Almeida, os autos serão autuados e registrados com a mesma classe processual, procedendo o Secretário as



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

intimações dos advogados das partes e do representante do Órgão Ministerial, nos feitos que deva intervir, apontando o novo número do processo e, caso haja, dos autos dos incidentes que estejam apensados.

**Art. 3º** - Durante os trabalhos de registro, em ordem seqüencial, será feita conferência e contagem física dos processos, devendo o secretário da Vara elaborar relatório que será encaminhado pelo juiz ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Parágrafo Único.** O relatório conterà os nomes das partes, dos advogados, novos números dos processos, datas do ajuizamento das ações, fase em que se encontram, discriminada e separadamente os feitos cíveis e criminais, total de cada um deles e o total geral.

**Art. 4º** - O secretário da Vara adotará providências no sentido de tornar visível na capa dos autos, os feitos que correm em segredo de justiça, como conversão de separação em divórcio, justificação prévia, em arresto, em busca e apreensão e seqüestro, em que exigir o interesse público, que digam respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, alimentos e guarda de menores, haja interesse de menores e incapazes, preferência em razão de idade.

**Art. 5º** - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO  
ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 16 de agosto de 2007.

**Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM**

# Corregedor-Geral da Justiça